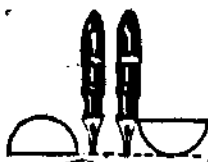


Out

Esquerda e 'Centrão' não perdem tempo e se acertam na Educação

Num dos salões do Hotel Carlton, um dos mais luxuosos de Brasília, foram acertadas na manhã de ontem as linhas básicas do acordo sobre educação entre o Centrão e a esquerda, representados pelos deputados Eraldo Tinoco e Artur da Távola. Não foi difícil o entendimento. O Centrão surpreendeu ao aceitar a maioria das propostas da Comissão de Sistematização, encampadas pela esquerda, e acrescentou avanços consideráveis ao projeto.



A proposta da Sistematização apontava como dever do Estado velhas reivindicações dos educadores. O Centrão aceitou todas e foi além. Uma das propostas do Centrão, imediatamente aprovada, foi o atendimento em creches e pré-escolas às crianças até 6 anos de idade. Como responsabilidade do Estado, em outra proposta incluiu a obrigação do ensino público noturno e, mais, do apoio aos estudantes na forma de material didático, alimentação, assistência à saúde e até transporte. Como não fosse suficiente, cercou o governo com um item que diz: "O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Estado, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente".

Até um item polêmico foi facilmente introduzido no acordo: a democratização da administração das escolas. Segundo o projeto, a administração da escola deverá ser feita com base na participação dos professores, alunos, funcionários e representantes da comunidade. Muitos parlamentares do Centrão acharam exagero aceitar essa exigência, o deputado Paes Landim (PFL-PI) reclamou: "Não é cabível um democratismo desses, por esta proposta teremos garotos de sete anos votando para escolher a diretora". O senador João Calmon, entretanto, completou: "Isso não é nada, vamos tentar ainda estender esta exigência à escola privada. Queremos dar a todos o direito de participar da educação dos filhos."

E para horror das autoridades federais, o texto acordado estabelece que, em vez dos 13% atualmente exigidos pela Emenda Calmon, a União terá de aplicar 18%, de sua receita em educação. Os estados e municípios continuarão obrigados a aplicar 25% de sua receita, só que incluindo os repasses federais e estaduais, isto é, uma quarta parte de todo o dinheiro do cofre.

Etevaldo Dias